



VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE NOVEMBRO DE 1991

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Abreu Salgado

Victor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

Maria da Conceição Ulrich de Castro Pereira

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 40 minutos.

Foi lido e aprovado um relatório da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos sobre substituição de deputados do PSD, do PS e do PCP.

Procedeu-se à eleição da Mesa da Assembleia da República para a VI Legislatura, tendo sido eleitos o Sr. Presidente Barbosa de Melo, os Srs. Vice-Presidentes Maria Leonor Beza (PSD), Ferraz de Abreu (PS), José Manuel Maia (PCP) e Adriano Moreira (CDS), os Srs. Secretários João Salgado, Le-

mos Damião e José Cesário (PSD) e Vítor Caio Roque (PS) e os Srs. Vice-Secretários Belarmino Correia, Alberto Araújo e Maria Conceição Rodrigues (PSD) e José Reis (PS).

Produziram intervenções, além do Sr. Presidente eleito (Barbosa de Melo) e do Sr. Presidente cessante (Vítor Crespo), os Srs. Deputados Montalvão Machado (PSD), Alberto Martins (PS), João Amaral (PCP), Naraña Coissoró (CDS), André Martins (Os Verdes), João Corregedor da Fonseca (Indep.), Mário Tomé (Indep.) e Manuel Sérgio (PSN).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 21 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adão José Fonseca e Silva.
Adérito Manuel Soares Campos.
Adriano da Silva Pinto.
Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Alípio Barbosa Pereira Dias.
Álvaro José Martins Viegas.
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.
Ana Paula Matos Barros.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Branco Malveiro.
António Esteves Morgado.
António Fernandes de Sá e Abreu.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José Barradas Leitão.
António José Caeiro da Mota Veiga.
António Manuel Fernandes Alves.
António Maria Pereira.
António Moreira Barbosa de Melo.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Roleira Marinho.
António da Silva Bacelar.
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos Alberto Lopes Pereira.
Carlos Almeida Figueiredo.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manuel Duarte Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
Carlos Miguel de Valleré P. de Oliveira.
Cecília Pita Catarino.
Delmar Ramiro Palas.
Domingos Duarte Lima.
Duarte Rogério Matos V. Pacheco.
Eduardo Alfredo de C. Pereira da Silva.
Elói Franklin Fernandes Ribeiro.
Ema Maria Lóia Paulista.
Domingos José Soares A. Lima.
Fernando Carlos Branco M. Andrade.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando José da Costa.
Fernando José Roque Correia Afonso.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Fernando dos Reis Condesso.
Fernando Santos Pereira.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco João Bernardino da Silva.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
Hilário Torres Azevedo Marques.
Jaime Carlos Marta Soares.
Jaime Gomes Mil-Homens.
João Alberto Granja dos S. Silva.

João Álvaro Poças Santos.
João Domingos Abreu Salgado.
João José da Silva Maças.
João do Lago V. Mota.
João Maria Leitão de Oliveira Martins.
Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
Joaquim Maria Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
Jorge Paulo Roque da Cunha.
José Alberto Puig dos Santos Costa.
José de Almeida Cesário.
José Ângelo Ferreira Correia.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
José Fortunato Freitas Costa Silva.
José Guilherme Reis Leite.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Leite Machado.
José Macário Custódio Correia.
José Manuel Borregana Meireles.
José Manuel da Silva Costa.
José Mário Lemos Damião.
José de Oliveira Costa.
José Pacheco Pereira.
José Pereira Lopes.
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
Luís António Carrilho da Cunha.
Luís António Martins.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
Luís Manuel Costa Geraldès.
Manuel Albino Casimiro de Almeida.
Manuel Antero da Cunha Pinto.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel Joaquim Baptista Cardoso.
Manuel Lima Amorim.
Manuel Maria Moreira.
Manuel da Silva Azevedo.
Maria Margarida da C. P. Taveira Sousa.
Maria da Conceição Figueira Rodrigues.
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Maria Fernanda Correia da Mota Pinto.
Maria José Paulo Barbosa Correia.
Maria Leonor Beleza Mendonça Tavares.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
Maria Dulce Coelho Morgado Raimundo.
Mário Jorge Belo Maciel.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Mário Silva Coutinho Albuquerque.
Melchior Ribeiro Pereira Moreira.
Miguel Bento Martins de Macedo e Silva.
Miguel Fernando Cassola Miranda Relvas.
Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Domingos de Sousa Holstein Campilho.
Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Carlos Alvarez Carp.
Rui Fernando da Silva Rio.

Rui Manuel Lobo Gomes da Silva.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.
 Simão José Ricon Peres.
 Telmo José Moreno.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio de Oliveira Carneiro.

Partido Socialista (PS):

Abílio Alcixo Curto.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Bernardes Costa.
 Alberto Manuel Avelino.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins.
 Américo Albino Salteiro.
 António Alves Marques Júnior.
 António Alves Martinho.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Domingues Azevedo.
 António Fernando Correia de Campos.
 António Fernandes da Silva Braga.
 António Luís Santos Costa.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 António Ribeiro Marques da Silva.
 Armando António Martins Vara.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
 Edite Fátima Marreiros Estrela.
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
 Eurico José Palheiros de Figueiredo.
 Fernando Alberto P. Sousa.
 Fernando Alberto Pereira Marques.
 Fernando Manuel Lúcio Marques da Costa.
 Guilherme Valdemar P. Oliveira Martins.
 Gustavo Rodrigues Pimenta.
 Helena de Melo Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Maria Lemos de Menezes Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Américo Fialho Anastácio.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.
 José A. Martins Goulart.
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Manuel Santos Magalhães.
 José Narciso Pereira Rodrigues Miranda.
 José Rodrigues Pereira dos Penedos.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Júlio da Piedade Nunes Henriques.
 Laurentino José Monteiro Castro Dias.
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Luís Manuel Capoulas Santos.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.

Maria Julieta Ferreira Baptista Sampaio.
 Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.
 Mário Manuel Videira Lopes.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Rogério Conceição Martins.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno Azevedo Ferreira Lopes.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Silva Viana de Sá.
 Manuel Rogério Sousa Brito.
 Maria de Lourdes D. Fernandes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Tavares Rodrigues.
 Octávio Augusto Teixeira.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 José Girão Pereira.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.
 Isabel Maria de Almeida e Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira e Cunha.

Deputados independentes:

João Corregedor da Fonseca.
 Mário António Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura de um relatório e parecer da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o relatório e parecer é do seguinte teor:

Em reunião da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos realizada no dia 7 de Novembro de 1991, pelas 15 horas, foram observadas as seguintes substituições de deputados:

- a) Nos termos dos artigos 4.º, n.º 1, alínea c), e 19.º, n.º 1, alínea a), do Estatuto dos Deputados, a partir de 5 de Novembro corrente, inclusive:

Solicitadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata:

José Manuel Alves Elias da Costa (círculo eleitoral de Aveiro) por Manuel Albino Casimiro de Almeida;

Isabel Maria de Lucena de Almeida Mota (círculo eleitoral de Braga) por António Germano Fernandes de Sá e Abreu;

Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira (círculo eleitoral de Braga) por Fernando Santos Pereira;

José Manuel Nunes Liberato (círculo eleitoral de Castelo Branco) por Bernardino Gata da Silva;

Carlos Manuel de Sousa Encarnação (círculo eleitoral de Coimbra) por Jaime Carlos Marta Soares;

Álvaro dos Santos Amaro (círculo eleitoral de Coimbra) por Carlos de Almeida Figueiredo;

Luís António Damásio Capoulas (círculo eleitoral de Évora) por Maria José Paulo Barbosa Correia;

José Manuel Álvares da Costa e Oliveira (círculo eleitoral de Faro) por Álvaro José Martins Viegas;

Pedro Miguel de Santana Lopes (círculo eleitoral de Lisboa) por João Domingos Fernandes de Abreu Salgado;

Maria Teresa Pinto Basto Gouveia (círculo eleitoral de Lisboa) por António Maria Pereira;

Maria Manuela Dias Ferreira Leite (círculo eleitoral de Lisboa) por Rui Manuel Lobo Gomes da Silva;

António Costa de Albuquerque de Sousa Lara (círculo eleitoral de Lisboa) por Francisco João Bernardino da Silva;

Luís Filipe Menezes Lopes (círculo eleitoral do Porto) por Manuel Acácio Martins Roque;

Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva (círculo eleitoral de Vila Real) por Elói Franklin Fernandes Ribeiro;

José Manuel Durão Barroso (círculo eleitoral de Viseu) por Carlos Manuel Marta Gonçalves;

José Luís Campos Vieira de Castro (círculo eleitoral de Viseu) por Ana Paula Matos Barros;

Manuel Filipe Correia de Jesus (círculo eleitoral da Madeira) por Maria Fernanda Dias Cardoso;

- b) Nos termos dos artigos 4.º, n.º 1, alínea c), e 19.º, n.º 1, alínea h), do Estatuto dos Deputados, a partir de 4 de Novembro corrente, inclusive:

Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata:

Carlos Alberto Pinto (círculo eleitoral de Castelo Branco) por Maria de Lurdes Borges Póvoa Costa;

Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Fernando Ribeiro Moniz (círculo eleitoral de Braga) por António Domingues de Azevedo;

- c) Nos termos dos artigos 4.º, n.º 1, alínea c), e 19.º, n.º 1, alínea p), do Estatuto

dos Deputados, a partir de 4 de Novembro corrente, inclusive:

Solicitadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Joaquim Cavaqueiro Mestre (círculo eleitoral do Porto) por Fernando Alberto Pereira de Sousa;

Joel Eduardo Hasse Ferreira (círculo eleitoral de Setúbal) por Américo Albino da Silva Salteiro;

- d) Nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea a), do Estatuto dos Deputados, por um período não inferior a 15 dias, a partir de 6 de Novembro corrente, inclusive:

Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português:

Raul Fernandes de Moraes e Castro (círculo eleitoral do Porto) por João Cerveira Correçador da Fonseca.

Solicita o levantamento da suspensão do mandato, ao abrigo do artigo 4.º, n.º 2, do Estatuto dos Deputados, por um período não inferior a 15 dias, o seguinte deputado do Partido Social-Democrata:

Jaime Carlos Marta Soares (círculo eleitoral de Coimbra), a partir de 5 de Novembro corrente, inclusive.

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais, apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concernentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

Mário Júlio Montalvão Machado (PSD), presidente — Alberto Marques de O. e Silva (PS), vice-presidente — José Manuel Maia N. de Almeida (PCP), secretário — José Mário Lemos Damião (PSD), secretário — Carlos Miguel M. A. Coelho (PSD) — Domingos Duarte Lima (PSD) — José Álvaro M. Pacheco Pereira (PSD) — José Augusto S. Silva Marques (PSD) — Júlio da Piedade Nunes Henriques (PS) — Vítor Manuel Caio Roque (PS) — João António Gonçalves Amaral (PCP) — Isabel Maria Almeida e Castro (Os Verdes).

O Sr. Presidente: — Está em apreciação.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Foram designados para escrutinadores os Srs. Deputados Conceição Monteiro, Rui Cunha e Rogério Brito, a quem agradeço o favor de se dirigirem para o lugar em que se encontram as urnas.

Srs. Deputados, como sabem, vamos proceder à eleição do Presidente da Assembleia da República e também dos restantes membros da Mesa (Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários).

Há duas urnas, uma destinada à eleição do Presidente da Assembleia da República, cujo boletim de voto é em papel branco, e outra destinada à eleição dos membros da Mesa, cujo boletim de voto é em papel verde.

Vai, pois, proceder-se à chamada e cada um dos Srs. Deputados depositará os boletins de voto na respectiva urna, votando, em primeiro lugar, como é da praxe e do Regimento, a Mesa.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, o boletim de voto que diz respeito à eleição do Presidente da Assembleia da República não me parece muito canónico, na medida em que não se trata de votar «sim», «não» e «abstenção» em relação a duas pessoas que concorram a cargos diferentes, mas de escolher entre duas pessoas que concorrem ao mesmo cargo. Por isso mesmo, ou se vota num, ou se vota no outro, ou na abstenção.

Penso que a forma como os quadradinhos vêm indicados no boletim de voto não é a mais indicada, pelo que sugeria que a Mesa estabelecesse cabalmente quais são as formas aceites para a expressão da vontade dos deputados ou que mandasse fazer outros boletins. Para mim, basta que a Mesa esclareça cabalmente qual a forma correcta de os deputados exprimirem a sua vontade.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o boletim de voto é semelhante — e só não digo que é idêntico porque os nomes são diferentes — aos boletins de voto em circunstâncias semelhantes, ou seja, sempre que houve mais do que um candidato a Presidente da Assembleia da República.

Portanto, os Srs. Deputados podem exprimir a sua vontade, votando num ou no outro dos candidatos, ou nos dois candidatos, porque isso significa que é equivalente a ter dois boletins de voto, que era aquilo que o Sr. Deputado pretendia.

Porém, uma coisa é certa, o número de votos «sim» ou «não» não pode ser superior ao limite dos deputados, senão é nulo.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, gostaria de sugerir que se considerassem as seguintes quatro modalidades: ou «sim» num candidato, sem qualquer outra expressão; ou «sim» no outro candidato, sem qualquer outra expressão; ou uma cruz numa das abstenções, aí com idêntico significado — sentido abstenção; ou nenhuma cruz — sentido de voto branco.

Penso que não é de maneira alguma possível votar «sim» nos dois candidatos como também não tem sentido votar «não» nos dois candidatos e será confuso votar «sim» num e «não» no outro.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, podemos escolher as regras que entendermos mais adequadas, mas só quero dizer que esse foi o método utilizado em anos anteriores.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, de facto, V. Ex.^a tem razão. Este método incorrecto foi usado em eleições anteriores. Não devemos tomar isso como precedente para vigorar nestas circunstâncias, mas julgo que há consenso para ultrapassar a necessidade de fazermos novos boletins, atrasando o início do acto eleitoral, corroborando aquilo que o Sr. Deputado António Guterres disse. Ou seja, dois votos «sim» ou dois votos «não» são votos nulos; nenhum Sr. Deputado pode eleger dois candidatos diferentes para Presidente da Assembleia da República. O voto «não» considerá-lo-emos um voto na abstenção, porque não faz qualquer sentido a existência de um espaço para voto «não».

É mais fácil seguirmos já essa convenção, dando início à votação para não prejudicarmos os trabalhos.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, procuremos um consenso, não prolonguemos processualmente o sistema!

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, a minha sugestão é a seguinte: esta eleição é em tudo idêntica à eleição que cada cidadão tem de fazer quando vota para Presidente da República.

Quando um cidadão vota para Presidente da República, entre vários nomes, tem um quadradinho, e um único, à frente de cada nome, e tem dois caminhos possíveis: vota num dos candidatos, anula o voto ou vota em branco. O que não pode é começar a pôr cruces de «sim», «não» e «abstenção» à frente dos diversos candidatos a Presidente da República.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado fez uma explanação perfeitamente clara. Se houver consenso, vamos aceitá-la.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, a minha sugestão é que se aceitem como válidos os votos em que se exprime «sim» num candidato ou no outro candidato — estas são as duas formas de votar positivamente — e voto nulo e abstenção é, digamos, voto anulado ou nenhuma cruz colocada!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, temos de fixar, por consenso, a interpretação dos votos, sob pena de se gerar uma confusão tal que teremos de fazer novos boletins de voto e adiar o início da votação, o que, julgo, ninguém deseja.

Assim, o interesse útil daquilo que o Sr. Deputado António Guterres disse é o seguinte: só são considerados votos válidos aqueles que indiscutivelmente escolherem um dos candidatos, ou seja, que tenham uma cruz no quadrado correspondente ao «sim» de um ou do outro candidato, uma vez que os quadrados destinados às «abstenções» e aos votos «não» não interessam para efeitos deste escrutínio.

De facto, não faz sentido anular um voto que escolhe um dos dois candidatos. Portanto, vamos subentender que para efeitos de escrutínio ignoraremos os espaços corres-

pondentes aos quadrados destinados aos votos «não» e aos de «abstenção», desde que o voto contemple um sentido inequívoco, isto é, desde que o deputado escolha um, e apenas um, dos candidatos apondo a cruz no espaço referente ao quadrado «sim».

Julgo que, se tomarmos esta interpretação por consenso, não teremos de fazer novos boletins de voto.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, por aquilo que me apercebo há consenso: só serão válidos os votos que exprimirem a vontade de «sim», «não» ou «abstenção» relativamente a um dos candidatos.

Vozes do PSD: — Não é isso, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — Só se faz uma cruz no boletim. Desde que se faça mais do que uma cruz, o voto é considerado nulo.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, salvo o devido respeito, não era essa a interpretação que estávamos a ter em função da confusão que o boletim de voto originou.

O que é importante é que os Srs. Deputados escolham um, e apenas um, dos candidatos à Presidência da Assembleia da República, isto é, que no espaço reservado ao «sim» a cruz esteja apostá apenas num dos candidatos, devendo ser os outros espaços, o do «não» e o da «abstenção», ignorados para efeitos de escrutínio, tenham ou não os deputados manifestado a sua intenção de voto em relação ao outro candidato.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vou solicitar aos serviços de apoio ao Plenário para fazerem outros boletins de voto.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, creio que não é necessário elaborar outros boletins de voto, basta dar por inexistentes os quadrados que dizem «abstenção» e «não» e ter apenas em conta os dois quadrados do «sim» e optar por um candidato, por outro, ou por não pôr nada. Assim, teremos um voto num candidato, no outro ou o voto em branco. São estas as únicas possibilidades que existem.

Vozes do PSD e do PS: — Exactamente! É isso mesmo!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, em primeiro lugar, devo dizer que este foi o boletim de voto que sempre foi feito nesta Casa.

De qualquer modo, uma vez que há consenso, penso que poderemos proceder da forma referida pelo Sr. Deputado João Amaral e que, creio, é consensual.

Srs. Deputados, vamos dar início à votação. A Mesa, no exercício do seu direito, votará em primeiro lugar, seguindo-se a chamada dos Srs. Deputados por ordem alfabética.

Procedeu-se à votação.

Srs. Deputados, para que os Srs. Deputados escrutinadores procedam à contagem dos votos, declaro suspensa a sessão.

Eram 16 horas e 35 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 19 horas e 20 minutos.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura das actas dos escrutínios feitos.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, é do seguinte teor a acta da eleição dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa da Assembleia da República:

Aos 7 dias do mês de Novembro de 1991 procedeu-se à eleição dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa da Assembleia da República para a VI Legislatura, sendo apurados os seguintes resultados e tendo-se verificado a entrada nas urnas de 219 votos, assim distribuídos:

Vice-Presidentes: Maria Leonor Beleza M. Tavares — 134 votos a favor, 58 votos contra, 9 abstenções e 16 votos brancos; João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu — 121 votos a favor, 44 votos contra, 33 abstenções e 19 votos brancos; José Manuel Maia Nunes de Almeida — 127 votos a favor, 30 votos contra, 35 abstenções e 25 votos brancos; Adriano José Alves Moreira — 118 votos a favor, 32 votos contra, 39 abstenções e 28 votos brancos;

Secretários: João Domingos de Abreu Salgado — 140 votos a favor, 50 votos contra, 13 abstenções e 14 votos brancos; José Mário Lemos Damião — 140 votos a favor, 49 votos contra, 12 abstenções e 16 votos brancos; José de Almeida Cesário — 138 votos a favor, 49 votos contra, 13 abstenções e 17 votos brancos; Vítor Manuel Caio Roque — 132 votos a favor, 33 votos contra, 35 abstenções e 17 votos brancos;

Vice-Secretários: Belarmino Henriques Correia — 143 votos a favor, 43 votos contra, 14 abstenções e 17 votos brancos; Alberto Monteiro de Araújo — 143 votos a favor, 42 votos contra, 15 abstenções e 17 votos brancos; Maria da Conceição F. Rodrigues — 136 votos a favor, 47 votos contra, 17 abstenções e 17 votos brancos; José Ernesto Figueira dos Reis — 135 votos a favor, 24 votos contra, 39 abstenções e 19 votos brancos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, face aos resultados acabados de anunciar, proclamo eleitos para Vice-Presidentes da Assembleia da República os Srs. Deputados Maria Leonor Beleza Mendonça Tavares, João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu, José Manuel Maia Nunes de Almeida e Adriano José Alves Moreira; para Secretários os Srs. Deputados João Domingos Abreu Salgado, José Mário Lemos Damião, José de Almeida Cesário e Vítor Manuel Caio Roque e para Vice-Secretários os Srs. Deputados Belarmino Henriques Correia, Alberto Monteiro de Araújo, Maria da Conceição F. Rodrigues e José Ernesto Figueira dos Reis.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai ser lida a acta respeitante à eleição do Presidente da Assembleia da República.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a acta é do seguinte teor:

Aos 7 dias do mês de Novembro de 1991 procedeu-se à eleição do Presidente da Assembleia da República para a VI Legislatura, sendo apurados os seguintes resultados e tendo-se verificado a entrada nas urnas de 219 votos, assim distribuídos:

António Moreira Barbosa de Melo — 109 votos a favor, 14 votos nulos e 25 votos brancos;
Alberto Marques de Oliveira e Silva — 71 votos a favor, 14 nulos e 25 brancos.

Nos termos regimentais nenhum dos candidatos obteve a maioria absoluta necessária à sua eleição.

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, pedi a palavra para chamar a atenção para um lapso na forma como foi feita a leitura da acta.

Da forma como a leitura foi feita poder-se-á pressupor que os votos nulos e brancos teriam sido contados por duas vezes. Não fizemos, como era lógico, a contagem desse modo, porque não há votos nulos num candidato e votos brancos no outro candidato. Houve, sim, votos a favor num e no outro candidato e, independentemente disso, apenas uma contagem de nulos e brancos.

Vozes do PCP, do PSD e do PS: — Exacto!

O Sr. Presidente: — Ficou perfeitamente esclarecido o significado da leitura da acta.

Nos termos do artigo 13.º...

O Sr. Rui Cunha (PS): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Rui Cunha (PS): — Sr. Presidente, pedi a palavra só por uma questão de precisão.

É que na acta da eleição dos Srs. Vice-Presidentes, dos Srs. Secretários e Srs. Vice-Secretários constam dois votos nulos. De facto, em 219 votantes houve 217 votos expressos e dois votos nulos. Só por uma questão de precisão, repito, consta da acta a existência desses dois votos nulos.

O Sr. Presidente: — De facto, há aí um inciso na ponta final da acta que faz essa afirmação.

Srs. Deputados, de acordo com o artigo 13.º do Regimento, procede-se, de imediato, a uma votação para o cargo de Presidente da Assembleia da República.

Os Srs. Deputados escrutinadores são os mesmos da eleição anterior.

Srs. Deputados, os boletins de voto foram feitos de acordo com o entendimento que tivemos no início desta sessão, como disse, não seguindo a praxe tradicional, mas, para que fique bem claro, os papéis são azuis e vão ser distribuídos.

Pausa.

Srs. Deputados, a Mesa, no exercício do seu direito, vai dar início à votação.

Procedeu-se à votação.

Srs. Deputados, declaro encerrado o processo de votação e solicito aos Srs. Deputados escrutinadores o favor de fazerem, o mais rápido possível, o respectivo apuramento dos resultados. Está suspensa a sessão.

Eram 19 horas e 25 minutos.

Srs. Deputados, declaro reaberta a sessão.

Eram 20 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura da acta do escrutínio que acabou de ser realizado.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A acta é do seguinte teor:

Aos 7 dias do mês de Novembro de 1991, procedeu-se a um segundo sufrágio para Presidente da Assembleia da República para a VI Legislatura, sendo apurados os seguintes resultados:

Votantes — 210 deputados:

António Moreira Barbosa de Melo —
sim — 117;
Alberto Marques de Oliveira e Silva —
sim — 62;
Brancos — 31;
Nulos — 0.

Nos termos regimentais é eleito Presidente da Assembleia da República para a VI Legislatura o candidato António Moreira Barbosa de Melo.

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente eleito é acompanhado à Mesa pelo Sr. Presidente cessante, o qual, após trocarem um abraço, ocupa o seu lugar na bancada do PSD.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente (António Moreira Barbosa de Melo): — Srs. Deputados, nos termos regimentais, convoco para a Mesa os Srs. Secretários eleitos: João Salgado,...

Aplausos gerais.

... José Lemos Damião,...

Aplausos gerais.

... José Cesário,...

Aplausos gerais.

... Vítor Caio Roque.

Aplausos gerais.

Srs. Deputados, Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: Ao assumir as funções de Presidente da Assembleia da República julgo ser meu direito, senão meu dever, revelar à Câmara, numa breve declaração, as principais preocupações e directrizes que enformam a atitude com que encaro o exercício deste cargo.

Esta minha explicação, ou explicitação, é tanto mais necessária quanto é certo que vivemos hoje num tempo forte — num período da história em que impende sobre todos e, em particular, sobre os responsáveis da política, da religião, da ciência e da cultura, a grata e estimulante obrigação de repensar e, se necessário, reinventar as heranças espirituais e culturais que, até há pouco, aparentemente teciam a identidade dos nossos povos e culturas e, entre elas, a herança que aqui nos importa — a instituição parlamentar.

Um certo discurso antiparlamentarista está de novo a ouvir-se no auditório europeu — como se fosse possível a governação civilizada dos povos sem estes espaços por essência pluralistas, onde o poder se exprime em controvérsias e debates, onde o pensamento alternativo ao que é ou ao que foi decidido se afirma, onde se preparam as ideias e os homens que, virtualmente, hão-de suceder aos homens e ideias que formam a maioria existente em cada período... Nos ecos desse antiparlamentarismo à insinuar-se visivelmente na cena europeia não faltam já os que nos pregam a morte ou fim das ideologias, dos valores senão, mesmo, dos princípios — tal como aconteceu em algumas vezes infastas na história desta Europa cheia de exemplos de bom proveito, mas também carregada de alguns pecados e pesadelos. Todos os que acreditam no homem e nos seus direitos fundamentais e julgam a democracia como a melhor forma de governo não podem atenuar a vigilância... porque também aqui o adversário é matreiro e dissimulado.

Em tempos assim, parece, pois, necessário que, ao assumir funções, tente enunciar algumas das linhas de força, segundo as quais me proponho cumprir o mandato que a Assembleia da República acaba de me conferir.

Entretanto, o que tenho para dizer nesta oportunidade resume-se a bem pouco — e pode ser dito do modo sintético; se usar para o efeito uma chave de exposição muito antiga na cultura ocidental, enunciando, primeiro, o axioma fundamental estruturante do meu pensamento e atitude e, tirando, depois, alguns dos seus corolários mais significativos, enquanto critérios gerais, a que procurarei ser fiel nas minhas decisões mais genéricas ou mais individualizadas.

Eis o axioma — e ele é evidente, como se requeria noutros tempos para a correcção do argumento: a Assembleia da República, como um dos órgãos ou poderes supremos do Estado, existe para realizar, no quadro da Constituição, um papel próprio e insubstituível — dar voz e vida ao querer e ao saber do povo que directamente elege os seus membros, isto é, os Srs. Deputados. Esta função de representação do Parlamento no sistema democrático, nem sempre compreendida ao longo da nossa história constitucional, confere ao trabalho dos Srs. Deputados (o trabalho no plenário, o trabalho nas comissões e o trabalho individual) a primazia institucional: aqui tudo deve ser subordinado ao desejo de todos os deputados de conseguirem a maior qualidade possível para o trabalho que, em nome do povo, aqui vêm realizar.

Aplausos gerais.

E deste axioma, ou primeiro princípio, quero tirar, desde já, os quatro corolários seguintes:

Primeiro, exercerei todas as competências que a Constituição e as leis me conferem, mas, claro está, só essas. Tal é o meu dever e tal é o respeito que devo à Assembleia.

Segundo, quanto às competências parlamentares — e são, digamos assim, as competências normais do Presidente da Assembleia da República —, procurarei exercê-las o mais possível como um *primus inter pares*, ouvindo, mesmo informalmente, o mais que puder ser para decidir bem e em tempo. Apesar da altura desta Tribuna, o papel de quem aqui está não difere essencialmente do papel de quem se encontra desse lado.

Terceiro, tudo farei para que as instalações, os equipamentos e os serviços estejam constantemente orientados para o trabalho parlamentar de modo a potenciar-se a qualidade deste e o prestígio e influência da Assembleia da República na vida do Estado e da sociedade.

Aplausos do PSD.

Quarto, tentarei tirar o maior proveito da estrutura administrativa existente, dinamizando, na orgânica vigente, o que eventualmente não tiver sido posto em prática. Só assim será possível testar o modelo institucionalizado e, sendo caso disso, propor alterações adequadas. Sou de há muito um adepto indefectível da divisão de tarefas, propondo-me, por isso, contribuir para que um sopro de desconcentração perpassse, até onde o permita a Lei Orgânica, a gestão da Assembleia.

Presto a minha sincera e profunda homenagem ao insigne parlamentar e eminente homem público que me antecedeu neste lugar — o Sr. Deputado Vítor Crespo.

Na declaração inaugural, que S. Ex.^a aqui fez, prometeu total disponibilidade para trabalhar em prol do prestígio, autoridade e eficácia da Assembleia da República. Prometeu... e todos nós, hoje, constatamos que cumpriu com honra, deixando, tanto na face interna como na face externa da Assembleia da República, as marcas da sua personalidade de excepção: a sua notável inteligência, o seu empenhamento sem desfalecimento na acção, a sua enorme capacidade de trabalho, a sua generosidade e doação sem cálculos aí estão bem visíveis não só nas transformações materiais e organizativas que, sob a sua direcção, foram introduzidas na instituição, como também, e sobretudo, nos preciosos contributos que a Assembleia vem dando no sentido da solução condigna e humana de problemas bem dolorosos — como o de Timor,...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — ... que nos aflige como povo e fere o mais fundo da alma nacional.

Aplausos gerais.

Sr. Deputado Vítor Crespo, a sua passagem por esta cadeira, se foi um passo significativo no seu excepcional *curriculum* pessoal, honrou, e muito, esta instituição.

Aplausos do PSD.

Lembro ainda toda a galeria ilustre dos Presidentes da Assembleia da República, evocando com emoção e carinho os nomes de Fernando Amaral, Tito de Morais, Leonardo Ribeiro de Almeida, Oliveira Dias e os dois que a morte já levou — Teófilo Carvalho dos Santos e, recentemente,

Vasco da Gama Fernandes. Do primeiro Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, permitam-me que destaque o papel que, como Presidente, desempenhou na estabilização do processo parlamentar nascente e, sobretudo, o extraordinário mérito do contributo que, como vice-Presidente da Assembleia Constituinte no período mais conturbado dos trabalhos de elaboração da Constituição, deu à institucionalização da democracia em Portugal.

Srs. Deputados: Aceito, com ânimo e muito honrado, o desafio de vir sentar-me aqui por escolha vossa e por vossa responsabilidade — e pela iniciativa generosa dos deputados sociais-democratas que subscreveram a minha candidatura. O tempo que o mundo atravessa, apesar de tudo, é também tempo de renovo para a Esperança num mundo melhor. Como homem e como cidadão, enquanto o meu mandato durar, irei cumprir-me; se Deus quiser, aqui, neste desígnio de manter e reanimar a minha Esperança, a nossa Esperança...

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Montalvão Machado.

O Sr. Mário Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente, em meu nome pessoal e em nome da minha bancada, que também é a sua — e espero que continue a ser! —, queria dirigir-lhe aqui, muito sinceramente, os meus melhores cumprimentos. Sei que V. Ex.^a vai ser o Presidente da Assembleia da República de todos os deputados e de todas as bancadas...

Vozes do PS e do PCP: — Ah!...

O Orador: — V. Ex.^a vai habituar-se rapidamente a certos apartes inconvenientes e insignificantes por parte de pessoas que, quando querem, não percebem aquilo que os outros dizem!

Queria dizer a V. Ex.^a que, conhecendo-o como conheço há tantos anos, mais precisamente desde a revolução do 25 de Abril, tendo nós sido companheiros de luta democrática para a instauração do regime parlamentarista neste país, na democracia em que vivemos, acredito piamente nas palavras que o Sr. Presidente acabou de proferir ao tomar posse de tão honroso cargo.

Estou em crer que V. Ex.^a, com as qualidades que tem, vai desempenhar este cargo com elevadíssimo sucesso. E pode acreditar — e tem de acreditar! — que vai encontrar da parte desta bancada toda a colaboração, toda a amizade e toda a compreensão necessária ao desempenho das funções de Presidente da Assembleia da República. O cargo não é fácil, Sr. Presidente, e V. Ex.^a, que por aqui já passou em tempos bem mais conturbados do que este, sabe-o perfeitamente. As dificuldades ainda não desapareceram, vão ser muitas, mas V. Ex.^a, com a sua capacidade e com as suas qualidades, vai saber vencê-las.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — De todo este grupo parlamentar que propôs a sua candidatura, de todos os sociais-democratas portugueses, V. Ex.^a vai receber a solidariedade e a amizade de que precisa para desempenhar tão honroso cargo. Isto bastará a V. Ex.^a para, com a grandeza de alma que tem e com a força de ânimo que também possui, ser capaz de

«investir» contra todos aqueles que, tal como V. Ex.^a disse e muito bem, por esse mundo fora se vêm ouvindo em ataques infundados ao parlamentarismo. É preciso que toda a gente deste país se convença de que o poder reside nesta Casa; é preciso que toda a gente saiba que o poder nasceu do povo mas reside nesta Casa através dos seus representantes e que só daqui é que emana, depois, para outras instituições.

Este é um axioma democrático que toda a gente tem de compreender, de acatar e de respeitar e sei que V. Ex.^a vai lutar por isto! Tenho a certeza de que V. Ex.^a vai fazer com que a Assembleia da República seja aquilo que tem sido e deve ser cada vez mais: a essência da liberdade, a essência da democracia, a residência do poder democrático em Portugal!

Aceite, Sr. Presidente, mais uma vez, os cumprimentos da nossa bancada.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, em nome da bancada do Partido Socialista queria cumprimentá-lo e saudá-lo pela sua eleição, aproveitando, ao mesmo tempo, para cumprimentar e saudar o Presidente da Assembleia da República cessante, Sr. Deputado Vítor Crespo.

Ao cumprimentá-lo e saudá-lo pela sua eleição, gostaria de sublinhar, desde já, a adequação das suas palavras ao realce e importância do Parlamento na vida democrática. Ficámos com a ideia de que V. Ex.^a será um elemento fundamental no contributo para uma maior dignificação da Assembleia da República, dignificação essa que não tem sido de todo garantida nos últimos e próximos tempos passados.

Pensamos que, com a filosofia que defendeu, a Assembleia da República tornar-se-á, por certo com o seu contributo, o coração do debate político democrático, o coração do exercício legislativo por excelência e, digamos, a câmara real de fiscalização do Governo.

Como ainda agora ouvimos dizer, o poder político resulta do Parlamento, tem aqui a sua sede; o Parlamento é geneticamente a origem do poder político. Não há governo que possa agir contra o Parlamento ou à sua revelia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E, nesse sentido, pensamos que o Parlamento não pode ser depreciado pelos próprios parlamentares.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — No discurso que V. Ex.^a acaba de fazer há uma ideia firme, rigorosa, com a qual nos identificamos, e que é a de que o Parlamento é o coração da democracia e do bom governo do povo; por isso aqui é a casa *mater* da liberdade, dos direitos do homem e da democracia. Pensamos que é esse o caminho que temos de trilhar e saudamo-lo nessa sua vontade de o fazer firmemente.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, queria apresentar a V. Ex.^a os melhores cumprimentos e felicitações e o sincero desejo de êxito no exercício do alto cargo de Estado para que acaba de ser eleito.

Creio que neste momento é importante sublinhar que este acto é, apesar de tudo, inédito, já que é a primeira vez que a Assembleia da República elege um Presidente para toda a Legislatura no seu início.

Esta alteração ao Regimento, que agora entra em vigor em toda a sua plenitude porque estamos no início da Legislatura, propicia, estamos convencidos, melhores condições para o exercício do cargo, mais independência e uma maior possibilidade de o assumir em todo o seu alcance e importância.

Estamos em crer, Sr. Presidente, que essas condições vão permitir uma maior independência, uma maior eficácia e um maior respeito pela maioria que existe e também um maior respeito, porque esse também é importante e é timbre da democracia, pelas minorias.

Importa igualmente assinalar, Sr. Presidente, que, do ponto de vista dos serviços, iniciamos esta Legislatura com melhores condições de trabalho, já que a gestão do Sr. Deputado Vítor Crespo lhes permitiu dar um claro salto qualitativo.

Aliás, Sr. Deputado Vítor Crespo, se não fosse por outras razões — e V. Ex.^a sabe que outras razões existem —, bastariam estas para que V. Ex.^a merecesse, por parte desta Assembleia, todo o reconhecimento e apreço.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, ouvimos com muita atenção as suas palavras, a importância que deu e a força que transmitiu quanto ao lugar que pensa que deve ter o Parlamento e, dentro deste, os deputados.

Consideramos as suas palavras, nesse aspecto, de uma grande importância, pois elas podem contribuir para que sejam inflectidas práticas anteriores que não tinham, pelo menos, esse quadro de referência completamente claro.

Desta forma, tudo o que for no sentido da dignificação do Parlamento, no reforço do seu papel, no combate a todas as formas da sua menorização, no melhoramento dos seus processos de funcionamento e, da sua eficácia, poderá, Sr. Presidente, contar com o Grupo Parlamentar do PCP e com os seus deputados. Como poderá, certamente, contar com todos os restantes membros da Mesa agora eleitos, os quais também queremos daqui saudar e felicitar, como poderá — estamos certos — contar com todos os serviços e funcionários da Assembleia da República que sempre demonstraram ao longo do tempo o seu empenhamento e que, certamente, irão continuar a fazê-lo agora.

Sr. Presidente, para terminar queria findar como comecei. Desejava felicitá-lo e desejar-lhe os maiores êxitos no exercício das suas funções.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, é com sincera alegria que os

cinco deputados desta bancada saúdam V. Ex.^a no momento em que assume o alto cargo de presidente do Parlamento português.

São cinco velhos amigos seus, pessoais e de solidariedade política. Estivemos juntos em muitas batalhas comuns porque juntos nos batemos nas lutas da democracia e pela democracia.

Por isso mesmo, é para nós um motivo de júbilo ver, hoje, no topo do Parlamento, um ilustre amigo, um companheiro das jornadas democráticas e um verdadeiro combatente do parlamentarismo, da liberdade e do pluralismo das ideias e dos ideais.

Dito isto, queria dizer duas palavras ao presidente cessante, Sr. Deputado Prof. Doutor Vítor Crespo.

Quando aqui tomou posse como presidente eleito disse que os parlamentos são tidos por maior apreço por todos aqueles que amam a democracia, os direitos do homem e o bem-estar do povo. Disse, também, que só um democrata convicto, quando exerce o cargo de presidente da Assembleia da República, pode cumprir as difíceis tarefas políticas que estão consignadas na letra e no espírito da nossa Constituição, da nossa Lei Orgânica e do nosso Regimento.

Foram palavras proferidas no acto de posse que cumpriu rigorosamente durante todo o seu mandato.

Para alguns, se pecou, foi por excesso de independência e, se assim aconteceu, foi porque exerceu as suas funções, na presidência da Assembleia da República, de forma isenta e exemplar, pelo que hoje pode tranquilamente passar o testemunho e ouvir louvores dos seus pares.

Esta é, pois, a melhor forma de mostrar a todos o quanto prezamos a independência, a isenção e o modo de actuar em face de todos os deputados e não apenas em face desta ou daquela bancada.

Sr. Presidente da Assembleia da República, já foi prometida a V. Ex.^a a solidariedade da bancada social-democrata, recordando-lhe que era a sua bancada. Terá V. Ex.^a esta solidariedade, mas que não chegará para exercer bem o seu alto cargo, porque precisará da solidariedade de toda a Câmara e, de entre ela, a solidariedade da bancada do partido do Centro Democrático Social. Aqui a damos desde já.

Sr. Presidente, temos vários e difíceis problemas democráticos a resolver nesta Câmara e durante esta legislatura.

Em primeiro lugar, V. Ex.^a falou de ventos de desamor ao Parlamento que sopram, por enquanto não com a força de uma tempestade, mas de uma forma ainda ligeira, nalguns países da Europa.

Infelizmente, este vento também o sentimos aqui e era bom que, sob a alta presidência de V. Ex.^a e com o seu exemplo, pudéssemos esconjurar os demónios de qualquer antiparlamentarismo, para bem do Parlamento que agora temos em Portugal e que tanto custou a conquistar.

Em segundo lugar, teremos de verificar se o Regimento funciona ou não democraticamente. Temos para nós, Sr. Presidente, que o Regimento tem de ser revisto para provimento de todos os partidos e garantia da representação nacional de todos os deputados.

Teremos ainda que rever a Lei Orgânica, na medida em que muitas vezes a sua rigidez tolhe movimentos que gostaríamos de ver mais flexíveis.

Gostaríamos também que este Parlamento se interessasse pelos órgãos que lhe estão afectos e que emanam desta Câmara. Por exemplo, a crise que neste momento atravessa a Provedoria da Justiça, e que foi exposta à Assembleia da República pelo actual Provedor, terá de ser resolvida,

pois ela afecta o regime democrático; teremos que analisar o funcionamento da Alta Autoridade para a Comunicação Social, já ferida de morte aquando, pela bancada da maioria, foi dito que seria suprimida na próxima revisão constitucional; teremos que examinar como funciona a Administração Pública, em que V. Ex.^a é um especialista, e não renunciaremos um único milímetro na exigente e exigentíssima fiscalização dos actos do Governo, seja no seu todo, seja nos actos políticos dos seus ministros.

Esperemos que, uma vez que temos maus exemplos atrás de nós, nesta Legislatura os inquéritos parlamentares possam cumprir perante nós próprios e perante a opinião pública a sua verdadeira utilidade e a sua verdadeira razão de existir.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, não vou dizer aqui o quanto nos anima ver V. Ex.^a à frente desta Câmara e recordo o líder parlamentar que foi durante o fogo da revolução. V. Ex.^a é um dos arquitectos, como já tive ocasião de dizer, da Constituição da República Portuguesa de 1976. É V. Ex.^a um dos autores do programa do seu partido, assim como das muitas das principais leis democráticas que governam hoje Portugal e os Portugueses.

V. Ex.^a, mesmo fora do Parlamento, esteve sempre aqui presente pelos seus ensinamentos, pela sua voz, pelos seus pareceres, pela sua atenção e pela sua presença nas grandes cerimónias desta Casa.

Por isso mesmo, não é um novo entre nós. Mas o cargo que agora irá desempenhar é que exige que V. Ex.^a introduza novidades. E, V. Ex.^a, hoje, prometeu-as. Esperemos que as possa levar a bom porto.

Da nossa bancada, do meu partido — repito —, terá V. Ex.^a toda a colaboração e toda a solidariedade. Contará connosco para fazer tudo aquilo que seja necessário para prestigiar este Parlamento e o seu Presidente.

Com este voto, desejo a V. Ex.^a que tenha muitas felicidades no seu cargo a partir de hoje.

Finalmente, quero saudar na sua pessoa todos aqueles que foram hoje eleitos e que são a sua Mesa, ou seja, os Vice-Presidentes, os Secretários e os Vice-Secretários. Para todos eles, que formam a direcção política e administrativa do Parlamento, desejamos muita sorte e muitas felicidades.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, felicito V. Ex.^a pela sua eleição, desejando que no desempenho das funções que acaba de assumir contribua para criar mais e melhores condições ao desempenho das responsabilidades que assumimos perante o povo português em eleições. Desejamos, também, que na sua presidência a Assembleia da República seja mais dignificada do que foi no passado recente.

Nesta oportunidade, queremos igualmente saudar o Sr. Deputado Vítor Crespo pela forma como soube criar melhores condições de trabalho a todos quantos, durante a sua presidência, trabalharam na Assembleia da República.

A V. Ex.^a, Sr. Presidente, desejamos, pois, os melhores resultados no seu trabalho em prol do Parlamento e do

sistema democrático com o nosso apoio e, naturalmente também, do dos membros da Mesa que acabam de ser eleitos, e que aproveitamos para saudar.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para o felicitar e cumprimentar.

V. Ex.^a, Sr. Presidente da Assembleia da República, não é um desconhecido nesta Casa, pois já foi deputado, já viveu a vida parlamentar democrática, pelo que esperamos contar com a sua acção para a defesa e dignificação da Assembleia da República.

Como deputado independente, e na ausência do deputado Raul Castro, contará com a minha colaboração, certo de que V. Ex.^a, sabedor das dificuldades acrescidas que os deputados enfrentam, nomeadamente os independentes, saberá, com a sua actuação democrática, valorizar e prestigiar o Parlamento.

Como já foi dito, Sr. Presidente, é necessário melhorar o Regimento e a Lei Orgânica da Assembleia da República, pelo que esperamos uma melhoria qualitativa, durante o mandato de V. Ex.^a, no funcionamento da Assembleia.

Depois de o ter ouvido, fiquei com a impressão clara da disponibilidade de V. Ex.^a para servir, prestigiar e dignificar o Parlamento com independência, impedindo, com certeza, a governamentalização da Assembleia da República e concorrendo para tornar mais eficaz a acção legislativa.

Sr. Presidente, desejo, sinceramente, os melhores êxitos no desempenho do alto cargo que ocupa, contando, desde já, com a colaboração dos deputados independentes da Intervenção Democrática.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr. Presidente, no momento em que V. Ex.^a acaba de ocupar o alto cargo de Presidente da Assembleia da República, quero saudá-lo e apresentar-lhe os meus cumprimentos na expectativa, encorajada, afinal, pelas palavras que ouvi de V. Ex.^a, de que haverá uma acção determinada no reforço do prestígio e da dignificação desta Assembleia, órgão fundamental da democracia representativa. Tal acção passará, com certeza, pelo reforço e dignificação do trabalho dos deputados, nomeadamente, na criação dos meios indispensáveis e essenciais ao seu labor, ao serviço daqueles que nos elegeram e como forma fundamental e decisiva para resistir às tentativas de instrumentalização e governamentalização da Assembleia da República.

Também manifesto a minha esperança de que os funcionários e trabalhadores desta Assembleia verão o seu trabalho reconhecido e dignificado.

A terminar, Sr. Presidente, mais uma vez, os meus cumprimentos que também apresento, neste momento, à Mesa.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Presidente, Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Srs. Deputados: Recém-chegado ao Parlamento — francamente, nem esperava falar neste momento, mas adianto a expressão latina *et quod erat demonstrandum* —, não me resta senão saudar V. Ex.^a como homem, como jurista, como político de forte elaboração conceptual, conforme as palavras proferidas pelo Sr. Deputado Narana Coissoró, bem como desejar-lhe as maiores felicidades.

Quero cumprimentar afectuosamente o Sr. Deputado Vítor Crespo e saudar, pela primeira vez, todos os Srs. Deputados aqui presentes.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Crespo.

O Sr. Vítor Crespo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O meu regresso às bancadas do Grupo Parlamentar Social-Democrata constitui, para mim, um acto de grande emoção. Regressar à condição de deputado vai permitir-me participar nos debates que só a democracia consente e vivê-los no seu interior.

Aqueles que, como nós, todos os aqui presentes, fazemos da defesa das instituições democráticas e, sobretudo, da defesa do nosso Parlamento, da sua dignidade e do seu prestígio uma preocupação constante, somos obrigados a sentir, como efectivamente eu sinto neste momento, um sentido de alma e um forte acicate para viver com maior intensidade o pulsar desta Câmara, que nunca me cansarei de defender.

Ao fim dos quatro anos que constituíram a V Legislatura, é meu dever agradecer a todos os Srs. Deputados, aos que transitaram para a presente Legislatura e também aos que, por razões de ordem vária, já não nos acompanharam, a todos — repito —, independentemente dos partidos a que pertencem e das suas convicções, a ajuda preciosa que me concederam para presidir aos destinos desta Casa.

Neste agradecimento, quero envolver muito afectuosamente todos os membros da Mesa que dirigiram os trabalhos parlamentares durante a V Legislatura e ainda, com todo o meu apreço e respeito, os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, cuja prestimosa colaboração no Plenário e na conferência dos representantes dos grupos parlamentares nunca poderei esquecer. Fomos sempre uma equipa autêntica!

Ao regressar a este lugar no meu grupo parlamentar, a minha luta tem uma faceta diferente, embora sempre na defesa da democracia e do Parlamento, que serão duas constantes inseparáveis e permanentes.

As minhas próximas palavras são para V. Ex.^a, Sr. Presidente, amigo e companheiro de há muitos anos. Aos votos de muitas felicidades que lhe quero aqui expressar, desejo acrescentar que poderá sempre contar com a minha inteira colaboração e total disponibilidade para todos os assuntos que, eventualmente, a administração da Assembleia da República lhe possa suscitar.

Nesta saudação muito afectuosa que dirijo a V. Ex.^a, peço licença para também envolver todos os restantes membros da Mesa a que me ligam sentimentos de estima e admiração pessoal.

Permitam-me, ainda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, duas referências igualmente de muito apreço pessoal, consideração e agradecimento aos trabalhadores da Assem-

bleia da República, aos membros da comunicação social e aos agentes de segurança que diariamente aqui nos acompanham e cuja colaboração, tão valiosa, nunca poderei esquecer. O mesmo digo quanto às tocantes palavras que me foram dirigidas pelos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares.

Finalmente, Sr. Presidente, deixo um agradecimento muito sentido pelas palavras amáveis que me foram dirigidas e que quero guardar para me servirem de alento e companhia nos duros trabalhos do nosso dia-a-dia na vida parlamentar.

A todos, muito obrigado!

Aplausos gerais; de pé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não gostava de deixar passar a oportunidade de lhes agradecer do fundo do coração as palavras gentis e os estímulos encorajantes que souberam dar-me nesta hora, pois sempre iniciamos com algum receio e dúvida uma tarefa desta grandeza.

Muito obrigado pela vossa solidariedade!

Gostava, também, e não o fiz pois reservei-o para esta ocasião, de saudar aqueles que, juntamente comigo ou até antes de mim, receberam a vossa confiança para exercerem os diferentes cargos desta Assembleia. A todos eles, as minhas congratulações e a esperança firme que tenho de que iremos saber trabalhar.

Quero ainda convocar os líderes parlamentares para uma conferência de líderes que terá lugar, amanhã, sexta-feira, às 11 horas. E solicito ao Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares a sua presença nessa reunião.

Devo ainda lembrar à ilustre Câmara, antes de declarar encerrada esta sessão, que, apesar da hora tardia, temos outra reunião a seguir, conforme anteriormente estabelecido e ao que me sujeito, a menos que, de acordo com o Regimento, VV. Ex.^{as} tenham algo a dizer em contrário.

Assim sendo, vou declarar encerrada esta sessão e, dentro de cinco minutos, abrir-se-á outra sessão, para a eleição dos representantes dos grupos parlamentares para o Conselho de Administração da Assembleia da República.

Está, pois, encerrada a sessão.

Eram 21 horas.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

José Eduardo Vera Cruz Jardim.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Fernando Monteiro do Amaral.

João José Pedreira de Matos.

Pedro Manuel Cruz Roseta.

Partido Socialista (PS):

Ana Maria Dias Bettencourt.

António de Almeida Santos.

António José Barroni Crisóstomo Teixeira.

António José Martins Seguro.

João António Gomes Proença.

Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.

A REDACTORA, *Cassilda Nordeste.*



DIÁRIO

da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 5\$; preço por linha de anúncio, 104\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 70\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa, Codex